

PLANO SALVADOR 500

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. INTRODUÇÃO

O Plano Salvador 500 surge com o compromisso de resgatar o planejamento de longo prazo e orientar o desenvolvimento de Salvador para uma visão de futuro que não seja a mera reprodução das tendências hoje vislumbradas, mas a projeção de um cenário mais promissor, construído com a participação de toda a sociedade, no qual as desigualdades que desde há muito caracterizam a capital baiana sejam gradualmente reduzidas e superadas.

Para materializar uma visão transformadora do futuro da cidade até o horizonte de 2049, quando a cidade completará 500 anos de sua fundação, o Plano prevê quatro etapas de elaboração: Estudos Básicos, Estudos Analíticos, Estratégia de Desenvolvimento e Política Urbana.

A etapa dos Estudos Básicos corresponde ao diagnóstico e prognóstico da situação presente de Salvador que resultarão em dois cenários referenciais: o cenário atual (Salvador é) e o cenário projetado a partir das tendências observadas (Salvador será).

Os Estudos Analíticos envolvem a elaboração de cenários alternativos àqueles presentemente vislumbrados de modo a possibilitar uma visão de futuro (Salvador que queremos) que conduza a cidade a um novo patamar de desenvolvimento socioeconômico e urbano.

A Estratégia de Desenvolvimento é a etapa na qual a visão de futuro construída com a sociedade nas etapas anteriores do plano passa a configurar diretrizes gerais para o desenvolvimento da cidade (Salvador que queremos), materializando-se em planos, programas, projetos e ações governamentais ou de parceria com a iniciativa privada, com prazos definidos, recursos alocados e mecanismos de gestão que permitam acompanhar no tempo e no espaço a execução do plano e assegurar a sua continuidade e adaptação a novos cenários.

Por fim, a etapa correspondente à Política Urbana compreende a formulação dos seus dois principais instrumentos normativos – o PDDU e a LOUOS – a partir das diretrizes estabelecidas pela Estratégia de Desenvolvimento para o horizonte temporal dos respectivos instrumentos.

O Plano de Mobilização e Participação Social ora apresentado compreende todas as etapas de formulação do Plano Salvador 500 e também aquelas inerentes à revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU e da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – LOUOS.

As estratégias de mobilização e participação social serão executadas pela Administração Municipal com o suporte técnico e logístico da consultoria contratada para a elaboração do plano, sob a coordenação geral da Superintendência de Controle e

PLANO SALVADOR 500

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ordenamento do Uso do Solo – SUCOM e a coordenação técnica da Fundação Mario Leal Ferreira – FMLF, órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Urbanismo e Transportes – SEMUT.

Os agentes públicos e privados que atuarão nas diversas etapas de elaboração e discussão do Plano Salvador 500 serão organizados da seguinte forma:

Grupo Executivo:

- Coordenação Geral – SUCOM (Decreto nº 24.919/2014);
- Coordenação Técnica – Fundação Mario Leal Ferreira (Portaria nº 63/2014–SUCOM);
- Comissão Técnica (Decreto nº 24.919/2014);
- Consultoria técnica contratada.

Monitoramento e controle social:

- Conselho Municipal de Salvador (Lei nº 7.400/2008, modificada pela Lei nº 8.197/2012).

Canais de participação social:

- Consultas públicas sob a forma de oficinas de bairros, fóruns setoriais, entrevistas e pesquisas;
- Canal permanente de comunicação social na internet;
- Audiências Públicas.

2. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A questão da participação social pode ser enfocada de diversos ângulos. No caso deste Plano, a referência são os interessados no desenvolvimento urbano de Salvador, ou seja, aqueles cujos interesses afetam as diretrizes do Plano e seus resultados e que são por eles simultaneamente afetados.

As estratégias do Plano Salvador 500 envolvem conteúdos técnicos e interesses políticos. A confrontação entre essas duas dimensões intrínsecas, frequentemente, resulta em obstáculos e paralisações do processo. Quando bem encaminhados, processos de aprendizagem sobre conteúdos, pontos de conflito, estratégias de negociação e pactos favorecem a implementação do Plano, informando estratégias de negociação e mitigando conflitos.

Papéis de diferentes conjuntos de interessados, assim como assimetrias de conhecimento e de poder, podem fazer com que prevaleçam interesses de certos grupos em detrimento de outros, o que pode inviabilizar politicamente a construção do Plano ou mudar seus objetivos e instrumentos. Assim, a participação requer a difusão de conhecimento

PLANO SALVADOR 500

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

produzido sobre temáticas relacionadas ao Plano Salvador 500, como também a abertura de canais para que os interessados possam contribuir para a definição do Plano.

Devem participar não apenas as lideranças da sociedade, mas qualquer cidadão interessado que não se sinta representado ou não tenha acesso às estruturas de poder e, por isto, queira defender os seus interesses ou de grupos com os quais tem afinidade ou dos quais participa.

Em vista disso, as estratégias propostas são:

- i. **Oficinas de Bairros**, nas quais serão trabalhados conceitos básicos de cidadania, meio ambiente e desenvolvimento urbano a partir da incorporação de vivências e experiências cotidianas dos participantes no seu próprio ambiente, ampliando o olhar dos cidadãos sobre a cidade;
- ii. **Fóruns Setoriais** com os diversos segmentos da sociedade civil organizada e com as instituições públicas das diversas esferas de governo;
- iii. **Entrevistas e Pesquisas** com atores estratégicos;
- iv. **Canal permanente de comunicação na Internet** para obtenção de contribuições ao processo e difusão de informações e resultados dos estudos e atividades desenvolvidas para formulação do Plano Salvador 500;
- v. **Audiências Públicas**.

Essas estratégias são detalhadas a seguir:

Estratégia 1: Oficinas de Bairros

As oficinas abrangerão a etapa dos Estudos Básicos, visando construir o diagnóstico e o prognóstico (Salvador é / Salvador será), e a etapa dos Estudos Analíticos visando à construção da visão de futuro (Salvador que queremos).

Na etapa de Estudos Básicos serão trabalhados o diagnóstico da situação atual da cidade, ressaltando seus pontos de estrangulamento e suas potencialidades, e a projeção do estado atual com base em sua evolução histórica (prognóstico). Na etapa dos Estudos Analíticos, trabalha-se cenários alternativos com a implementação do plano para a construção da visão de futuro que orientará a estratégia de desenvolvimento.

A realização das oficinas terá como referência territorial a divisão da cidade em Prefeituras-Bairro, prevendo-se a realização de mais de uma oficina naquelas de grande extensão territorial ou com especificidades internas. Nesse sentido, serão realizados 14 (quatorze) eventos na etapa dos Estudos Básicos e 14 (quatorze) na etapa dos Estudos Analíticos, obedecendo à seguinte distribuição:

PLANO SALVADOR 500

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Prefeitura-Bairro I – Centro / Brotas (2 audiências)
- Prefeitura-Bairro II – Subúrbio / Ilhas (2 audiências)
- Prefeitura-Bairro III – Cajazeiras
- Prefeitura-Bairro IV – Itapuã / Ipitanga (2 audiências)
- Prefeitura-Bairro V – Cidade Baixa
- Prefeitura-Bairro VI – Barra / Pituba (2 audiências)
- Prefeitura-Bairro VII – Liberdade / São Caetano
- Prefeitura-Bairro VIII – Cabula/Tancredo Neves
- Prefeitura-Bairro IX – Pau da Lima
- Prefeitura-Bairro X – Valéria

Estratégia 2: Fóruns Setoriais

Os fóruns envolverão as instituições públicas das diferentes esferas de governo e os diversos segmentos da sociedade civil organizada nas etapas dos Estudos Básicos e Analíticos.

Na etapa dos Estudos Básicos, para a construção do diagnóstico e do prognóstico, serão realizados três fóruns setoriais que envolverão respectivamente as instituições de âmbito municipal, de âmbito estadual e federal com atuação no Município e os entes municipais da Região Metropolitana.

Na etapa dos Estudos Analíticos, visando construir a visão de futuro, serão realizados fóruns com técnicos da administração municipal e com representantes da Universidade e de diferentes segmentos da sociedade civil organizada.

Estratégia 3: Pesquisas e entrevistas com atores estratégicos

Na etapa dos Estudos Básicos serão realizadas entrevistas e outros formatos de pesquisa com atores representativos da dinâmica urbana de Salvador, em especial aqueles vinculados aos segmentos econômicos e socioculturais considerados estratégicos para o plano de desenvolvimento. Posteriormente, os resultados dessa investigação serão sistematizados e avaliados conjuntamente com os respectivos atores nos fóruns setoriais que ocorrerão na etapa dos Estudos Analíticos visando à construção da visão de futuro orientadora da estratégia de desenvolvimento.

Estratégia 4: Canal permanente de comunicação na Internet

A difusão dos resultados dos trabalhos realizados para o Plano Salvador 500, bem como o recebimento de contribuições diversas na forma de críticas ou sugestões é condição importante para o sucesso do Plano, uma vez que todo o processo precisa ser legitimado pela sociedade. Nesse sentido, será implantada página do Plano Salvador 500 na Internet, com

PLANO SALVADOR 500

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

links de acesso disponíveis nas páginas da SUCOM e da FMLF, para veiculação dos estudos realizados, de notícias sobre as oficinas, audiências públicas e demais eventos relacionados ao Plano, assim como dos documentos a serem submetidos à avaliação pública.

Esse Portal permitirá a interação direta do cidadão com o Plano, inclusive por meio das redes sociais, possibilitando o *download* dos documentos produzidos durante as etapas de elaboração, como também o *upload* na própria página da Internet de documentos com contribuições produzidas pelos atores sociais interessados.

Estratégia 5: Audiências Públicas

Nessa estratégia todos os cidadãos são convidados a participar, independentemente do segmento da população que integre ou represente, visando à conclusão das etapas de desenvolvimento do plano e a validação dos seus produtos principais.

A realização das audiências públicas se orientará por regimento geral tornado público nos meios de comunicação oficiais do Município, sendo cada uma delas convocada por edital específico publicado com pelo menos quinze dias de antecedência da data prevista para a realização do evento.

Em consonância com as etapas de desenvolvimento do Plano Salvador 500 são previstas as seguintes audiências públicas:

- **Na primeira**, a Prefeitura levará à discussão a metodologia para a elaboração do Plano, considerando a estratégia de desenvolvimento e as políticas urbanas, o cronograma de atividades e o Plano de Mobilização e Participação Social.
- **A segunda** objetiva a apresentação e discussão do diagnóstico e do prognóstico elaborados na etapa dos Estudos Básicos, com as contribuições advindas das consultas públicas sob a forma de oficinas de bairros e fóruns realizados junto às instituições da administração pública.
- **A terceira** objetiva a apresentação e discussão dos resultados obtidos nos Estudos Analíticos, com as hipóteses de cenários que orientarão a visão estratégica: “Salvador que queremos”.
- **Três audiências** deverão discutir a estratégia de desenvolvimento urbano a partir dos eixos temáticos: desenvolvimento socioeconômico, estrutura e dinâmica urbana, e ambiente e cultura. Nessas audiências serão apresentados a modelagem espacial, os projetos estruturantes, assim como as diretrizes gerais para os instrumentos da política urbana.
- **Cinco audiências** serão realizadas em diferentes áreas de Salvador para apresentação e discussão da política urbana e seus instrumentos principais,o

PLANO SALVADOR 500

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

PDDU e a LOUOS. Considera-se importante a descentralização das audiências públicas nessa etapa em razão da repercussão direta das diretrizes e proposições do PDDU e da LOUOS sobre a estruturação do território da cidade, considerando os diferentes compartimentos que a compõe. Para tanto, as audiências serão realizadas em cinco grandes regiões resultantes da agregação de Prefeituras-Bairro na forma seguinte:

- Prefeitura-Bairro I – Centro/Brotas e Prefeitura-Bairro VI – Barra/Pituba;
 - Prefeitura-Bairro II – Subúrbio/Ilhas e Prefeitura-Bairro X – Valéria;
 - Prefeitura-Bairro III – Cajazeiras; Prefeitura-Bairro VIII – Cabula/Tancredo Neves; Prefeitura-Bairro IX – Pau da Lima;
 - Prefeitura-Bairro IV – Itapuã/Ipitanga;
 - Prefeitura-Bairro V – Cidade Baixa e Prefeitura-Bairro VII – Liberdade/São Caetano.
- **As três últimas audiências** têm como objetivo a validação pública dos documentos finais do processo: o Anteprojeto de Lei do PDDU, o Anteprojeto de Lei da LOUOS e o Plano Salvador 500.